

Auditoria ao Instituto dos Registos e do Notariado

SÍNTESE DE RESULTADOS

1. A auditoria abrangeu o período de 2014 a 2016 (1º semestre) e foi realizada com a finalidade de concluir se o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) assegura uma adequada gestão dos recursos humanos e se o sistema de controlo interno instituído é adequado e salvaguarda os riscos existentes na área de pessoal. De acordo com o exame efetuado e o exercício do procedimento do contraditório, as principais conclusões foram, em síntese, as seguintes:

- 1.1. As carreiras de regime especial de conservador/notário e de oficial dos registos e do notariado não são objeto de revisão há cerca de 40 anos, estando manifestamente desatualizadas face ao atual quadro legal, com os consequentes desajustamentos ao nível da respetiva organização e direção.

Carreiras especiais no IRN não revistas há mais de 40 anos.

- 1.2. Os pagamentos associados à Participação Emolumentar (PE) dos trabalhadores de regime especial dos registos e notariado ascenderam a 72,5 M€/ano (média no biénio 2014/2015), montante que representa cerca de 60% do montante total gasto com as remunerações desses trabalhadores. Acresce que a PE reveste a natureza de suplemento remuneratório e nunca foi objeto de reavaliação.

A PE (suplemento remuneratório) ascende a 72,5 M€/ano e representa 60% da remuneração total destes trabalhadores.

- 1.3. Com a privatização dos cartórios notariais, em 2004, verificou-se que:

- O Estado perdeu um significativo volume de receitas, de 91 M€ em 2014 para 2,4 M€ em 2010, apesar de manter encargos com a remuneração de alguns notários;
- A licença sem vencimento concedida aos notários e oficiais do notariado que optaram pelo regime de privatização tem sido sucessivamente prorrogada pelas Leis do Orçamento do Estado, pelo que estes mantêm o direito a todos os benefícios dessa opção, originando situações de desigualdade;
- O Mapa Notarial de 2004 ainda não foi revisto, apesar de a lei prever a sua atualização decorridos cinco anos desde aquela data.

Privatização dos cartórios notariais não concluída (perda de receita e manutenção de encargos com remunerações) e mapa notarial não revisto.

1.4.O sistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores revela inconsistências (v.g. conservadores e notários que exercem funções dirigentes são indevidamente avaliados no SIADAP 3 e, em simultâneo, são avaliadores, neste subsistema, de outros conservadores e notários, suscitando-se situações de conflitos de interesse; e verificava-se a utilização de processos manuais em vez de aplicação informática disponível para gestão do SIADAP).

Fragilidades no âmbito da aplicação do SIADAP.

1.5.O sistema de controlo interno na área de recursos humanos revelou manifestas insuficiências, designadamente:

- Inexistência de um Sistema de Gestão Documental;
- Falta de mecanismos automáticos de controlo da assiduidade na maioria das conservatórias e de integração dos dados do sistema de gestão de assiduidade com a aplicação do processamento de vencimentos;
- Desatualização do manual de procedimentos, destacando-se a organização/acesso de processos individuais;
- Insuficiências do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), *maxime*, não contempla os riscos associados à acumulação de funções e de conflitos de interesses, nem as respetivas medidas de mitigação.

Pontos fracos no sistema de controlo interno.

2. As principais recomendações e propostas foram as seguintes:

2.1. Recomendações ao IRN, no sentido de determinar a correta aplicação do SIADAP, de suscitar a revisão do Mapa Notarial, de reforçar os procedimentos de controlo interno na área de recursos humanos e de suprir as insuficiências identificadas.

Medidas que visam introduzir rigor e racionalidade aos recursos públicos e aos procedimentos internos.

2.2. Proposta ao Governo, com vista a promover a revisão das carreiras de regime especial do IRN e do estatuto remuneratório, face às novas necessidades organizacionais do Instituto, à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e ao SIADAP.

Proposta ao Governo.

Em 24/04/2018, o IRN apresentou um ponto de situação sobre a implementação das recomendações e informou ter adotado um sistema de gestão documental nos serviços centrais, ter aderido ao sistema integrado de gestão da avaliação de desempenho da Administração Pública e à gestão de recursos humanos em modo partilhado, bem como ter aperfeiçoado o PGRCIC.